

eBooks FCS

Juventude e protagonismo sustentável:

o impacto da comunicação na atuação dos jovens
em iniciativas de sustentabilidade ambiental

Mylena Oggioni



Juventude e protagonismo sustentável:

o impacto da comunicação na atuação dos jovens
em iniciativas de sustentabilidade ambiental



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitora

Gulnar Azevedo e Silva

Vice-reitor

Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Orientador

Ricardo Ferreira Freitas

Mylena Oggioni

Juventude e protagonismo sustentável:

o impacto da comunicação na atuação dos jovens
em iniciativas de sustentabilidade ambiental



Rio de Janeiro
2024

Todos os direitos desta edição reservados à Faculdade de Comunicação Social da UERJ. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, em quaisquer meios, sem autorização expressa da FCS.

Controle de Processos: Fernanda Villa Verde

Revisão: Érika Neuschwang

Revisão Técnica: Andréa Azpilicueta

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Nogueira

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

O34 Oggioni, Mylena.

Juventude e protagonismo sustentável [recurso eletrônico]: o impacto da comunicação na atuação dos jovens em iniciativas de sustentabilidade ambiental / Mylena Oggioni. – Rio de Janeiro : FCS/UERJ, 2024.

1 recurso online (71 p.) : PDF

ISBN 978-65-995193-2-1

1. Juventude – Comunicação de massa. 2. Sustentabilidade e meio ambiente. 3. Ambientalismo – Aspectos sociais. I. Título.

CDU 502.4

Bibliotecária: Mariana Castro CRB-7/7441

Faculdade de Comunicação Social

Rua São Francisco Xavier, 524 | 10º andar | Pavilhão João Lyra Filho

Maracanã | RJ | (21) 2334-0244 | www.fcs.uerj.br

Março/2024

Sumário

Introdução	11
O Ativismo Jovem	14
A postura crítica dos jovens	17
A relevância de movimentos sociais impulsionados pela juventude	21
Desenvolvimento Sustentável	24
Iniciativas de sustentabilidade ambiental	30
O coletivo Eco Maré	35
O instituto Perifa Sustentável	40
A organização Engajamundo	45
O discurso nas Iniciativas de Sustentabilidade Ambiental	48
O discurso com abrangência nacional	52
O discurso com foco local	55
O engajamento dos jovens nas iniciativas de Sustentabilidade Ambiental	59
Considerações Finais	61
Referências	65

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas, pela serenidade, assertividade e gentileza em todo o processo de orientação.

À minha família, por todo apoio e suporte que me permitiram vivenciar a graduação de forma plena.

Aos meus amigos, pela escuta e por trazerem mais leveza para o cotidiano.

À UERJ e ao ensino público, por todo o suporte que permitiu que eu me desenvolvesse e chegasse até aqui.

"A uns trezentos ou quatrocentos metros da Pirâmide me inclinei, peguei um punhado de areia, deixei-o cair silenciosamente um pouco mais adiante e disse em voz baixa: estou modificando o Saara. O ato era insignificante, mas as palavras nada engenhosas eram justas e pensei que fora necessária toda a minha vida para que eu pudesse pronunciá-las."

Jorge Luis Borges

Resumo

Diante do contexto ambiental atual, no qual a busca por soluções ambientalmente sustentáveis torna-se cada vez mais urgente, a juventude assume um papel de destaque dentro das iniciativas não-governamentais relacionadas à pauta ambiental.

Sendo assim, o trabalho buscou analisar o caráter crítico e protagonista dos jovens em processos de rupturas comportamentais e reivindicações sociais, a participação da juventude no movimento ambientalista e a aplicação de estratégias de comunicação, no contexto do ativismo, com o intuito de engajar os jovens, analisando especificamente três projetos: Eco Maré, Perifa Sustentável e Engajamundo. Para isso, foram utilizados artigos, entres outros trabalhos acadêmicos, matérias, documentários, além de uma entrevista com duas das fundadoras do Eco Maré.

Como resultado, percebe-se que, apesar do potencial de protagonização do jovem, os desafios da juventude, sobretudo no que diz respeito às questões socioeconômicas, são fatores que dificultam a sua atuação ativista.

Contudo, a construção da discussão ambiental a partir do contexto em que o jovem está inserido – considerando suas limitações e poder de atuação, apresentando soluções palpáveis

para a sua vivência, assim como o impacto de pequenas mudanças – é um caminho promissor para impulsionar o engajamento da juventude na pauta ambiental.

Palavras chave: Juventude. Sustentabilidade. Engajamento. Iniciativas ambientais. Comunicação.

Introdução

A partir da relação entre juventude e responsabilidade ambiental, o trabalho busca analisar a comunicação dos projetos de sustentabilidade que atingem, majoritariamente ou exclusivamente, jovens e o engajamento da juventude com o tema. A relevância do trabalho se sustenta na urgência de transformação da relação humana com a natureza, assim como no potencial analítico e revolucionário da juventude para protagonizar essas mudanças.

Para isso, o trabalho abordou o ativismo jovem e o caráter crítico inerente à juventude, compreendendo-a, portanto, como categoria política e social (VÁZQUEZ; COZACHCOW, 2017), buscando analisar o contexto social, considerando as atribuições do início da vida adulta – como a rotina de estudos e a inserção no mercado de trabalho –, que demandam consideravelmente a energia e o foco dos jovens, sobretudo dos que vivem em situação de vulnerabilidade, e como esse contexto impacta o posicionamento contestador da juventude frente às normas vigentes da sociedade. Ademais, foi abordada a credibilidade do jovem na sociedade e como ela afeta os pensamentos e as atitudes da juventude.

A partir de um panorama histórico geral do ativismo jovem, o trabalho buscou compreender a relação da juventude com o ativismo ambiental especificamente, considerando os aspectos eco-

nômicos e sociais que podem ser limitantes para o engajamento com a pauta ambiental, além de compreender como a juventude se relaciona com a lógica de consumo atualmente e quais são os seus anseios para o futuro integrados ao contexto ambiental.

Visando a uma maior consciência da concepção de um futuro mais sustentável e da importância dos projetos de sustentabilidade ambiental, um capítulo foi destinado aos marcos relevantes do conceito de desenvolvimento sustentável, abarcando os encontros e acordos internacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que atualmente fundamentam a atuação de diversos projetos, ONGs e coletivos. Iniciativas estas que adquirem um papel de grande relevância para a sociedade, visto que possuem a atuação focada em contextos nos quais o poder público não supre as necessidades básicas da população, e acabam estabelecendo um contato próximo com a população (CAVALCANTI, 2019).

Neste trabalho, foram apresentados três projetos, sendo dois deles fundados por jovens que abordam o impacto das questões ambientais nos contextos locais em que atuam (Eco Maré, fundado no Complexo da Maré, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e Perifa Sustentável, fundado em Brasilândia, Zona Norte da cidade de São Paulo), e o terceiro projeto com abrangência nacional, fundado e composto exclusivamente por jovens, que discute a crise climática a partir de uma perspectiva global e incentiva iniciativas locais (Engajamundo). Por fim, foram analisados os discursos e estratégias utilizados pelos projetos de sustentabilidade selecionados, considerando os contextos sócio-econômicos, para compreender os tipos de abordagens que refletem positivamente no engajamento dos jovens.

As fontes a serem utilizadas na fundamentação teórica foram artigos e dissertações que abordam o ativismo jovem e/ou a sustentabilidade. Para aprofundar as informações dos projetos analisados, foram utilizados materiais disponíveis on-line, sendo estes publicados pelas páginas oficiais dos projetos ou não, incluindo publicações nas redes sociais, relatórios, documentários e e-books. Além disso, o trabalho contou com uma entrevista concedida virtualmente por duas das fundadoras do projeto Eco Maré.

A pesquisa tem o intuito de analisar o papel da comunicação como uma ferramenta para alcançar o engajamento da juventude na pauta ambiental, compreendendo maneiras de aumentar efetividade do discurso e a relevância do protagonismo jovem dentro dos projetos de sustentabilidade. O recorte do público analisado é sustentado pelo poder dos jovens de influenciar novas tendências comportamentais na sociedade, especialmente no que tange o consumo, visto que o jovem vivencia um processo de transição para a vida adulta, que conta com o desenvolvimento da sua atuação consumidora, e inspira novas práticas.

Em resumo, o presente trabalho buscou elucidar o histórico ativista da juventude e da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, as estratégias de comunicação indicadas pelos teóricos e suas aplicações no contexto das iniciativas ambientais.

O Ativismo Jovem

A juventude assume um papel que conduz novas tendências, auxiliando na transformação das ideias pré-estabelecidas relacionadas às formas de consumo alternativo. No decorrer das décadas, a juventude foi posta no centro de discussões socioculturais, teóricas e mercadológicas, incluindo as políticas de visibilidade e ativismo dos jovens inseridas no cenário urbano e com caráter anti-hegemônico (ROCHA; PEREIRA, 2018).

Borelli, Rocha e Oliveira (2009) vão além e atribuem ao jovem uma essência rebelde e iminentemente perigosa. Os autores ainda expõem que, a partir da década de 1960, a juventude passa a ter visibilidade social explícita e começa a apropriar-se de discursos, produtos e espaços midiáticos. Além disso, salientam que a juventude arca com o caráter midiático de sua própria existência, empregando o corpo como suporte expressivo e usufruindo da cidade como suporte para a impressão de suas marcas identitárias.

A juventude, portanto, pode ser compreendida como categoria política e social (VÁZQUEZ; COZACHCOW, 2017), pois os jovens atuam nas relações e dinâmicas sociais de ação política e engajamento social (DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021). No que tange à sustentabilidade ambiental, no Brasil, a atuação dos jovens em relação à crise climática é crescente,

assim como a visibilidade desses jovens ativistas (OLIVEIRA, 2018; CRISTO; BARZANO, 2019; BARROS, 2020 apud DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021).

De acordo com o Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. O estatuto tem entre os seus princípios, promover a autonomia e emancipação dos jovens, valorizar e promover a participação social e política deste grupo, assim como o diálogo e convívio do jovem com outras gerações; além de fomentar o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude, promovendo uma vida segura e bem-estar. Entre as diretrizes do Estatuto, estão: o incentivo à participação dos jovens na formulação, implementação e avaliação de políticas estruturais, programas e ações, assim como desenvolvimento da intersectorialidade destes e a ampliação de alternativas para inserção social por meio de programas que priorizem o desenvolvimento integral e a participação ativa dos jovens nos espaços decisórios (BRASIL, 2013).

Ademais, o Estatuto discorre sobre os direitos dos jovens, sendo os mais relevantes para o presente trabalho o Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil e o Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. É garantido ao jovem a sua inclusão em espaços públicos e comunitários como pessoa ativa, livre, responsável e digna para protagonizar processos políticos e sociais, com direito à voz e voto; o envolvimento ativo frente às ações de políticas públicas que beneficiem as comunidades, cidades e regiões do país, assim como a si próprio. Além disso, o governo se responsabiliza pelo incentivo da livre associação dos jovens e da criação de

conselhos de juventude em todos os entes da Federação. Para mais, ao jovem é garantido o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a atual e futuras gerações; acesso à educação ambiental alinhada com a Política Nacional do Meio Ambiente; o estímulo e fortalecimento de organizações, movimentos, redes e outros coletivos de juventude relacionados às questões ambientais visando o desenvolvimento sustentável; o incentivo à participação dos jovens na elaboração das políticas públicas de meio ambiente e em projetos de geração de trabalho e renda que objetivem o desenvolvimento sustentável; a criação de programas de educação voltados para os jovens (BRASIL, 2013).

Os jovens têm a capacidade de protagonizar as transformações da sociedade que requerem o planejamento e a execução de políticas públicas que envolvam os diversos aspectos do desenvolvimento sustentável, que vai muito além do crescimento econômico. Os jovens devem integrar valores sociais, conservação do meio ambiente e múltiplas áreas de conhecimento, assumindo papel de cidadãos transformadores. A conservação de uma política nacional é influenciada pela sua construção; dessa forma, compreende-se que políticas que não refletem as percepções da juventude tornam-se distantes dos seus objetivos principais, pois são incapazes de se sustentar por um longo tempo sem o apoio dos jovens. Portanto, a participação da juventude nos processos de tomada de decisão é essencial para viabilizar planos pertinentes para a sociedade (SOARES; ROESLER; SIGNOR, 2020).

A postura crítica dos jovens

A contracultura é uma nomenclatura criada e difundida pela imprensa estadunidense para manifestações culturais da década de 60 que visavam questionar o sistema cultural e social, originando novos paradigmas sociais (ZOUAIN, 2019). Para Pereira (1986), a contracultura pode ser compreendida de duas formas, a primeira como um acontecimento histórico e pontual, originado na década de 60, e a segunda, como um posicionamento crítico em relação à cultura vigente. Sendo assim, na primeira compreensão, a contracultura faz parte do passado, já na segunda, a contracultura ultrapassa os limites entre passado, presente e futuro.

No Brasil, a contracultura nutriu o espírito contestador dos jovens que sofriam repressão da ditadura militar, promovendo um encontro entre jovens economicamente privilegiados e jovens marginalizados (RISÉRIO, 2005). A contracultura buscou no jovem a afirmação do pensamento livre, a busca pela identidade e o rompimento com a conformidade social, mas tantas contestações fizeram com que esse movimento recebesse críticas, tanto dos conservadores, quanto da esquerda, visto que havia interpretações que caracterizavam o movimento de contracultura como escapismo ou irracionalidade de ambos os lados (CAPELLARI, 2007).

Roszak (1972) afirma que o mundo adolescente, quando chega no momento de transição para a vida adulta, é dividido em dois grupos. O primeiro é composto pelos jovens que buscam a adequação ao universo adulto e suas responsabilidades, visando manter um padrão de vida pré-estabelecido pela geração anterior. Já o segundo grupo, que representa uma minoria, objeti-

va romper esse padrão, pois compreende o prazer e a liberdade como direitos humanos. Com isso, surgem os questionamentos sobre essa espécie de comodismo que abre mão desses direitos primordiais do ser humano a fim de alcançar um padrão de vida estipulado pela sociedade que busca o prazer da confortabilidade social e do consumo.

A universidade assume um papel relevante no desencadeamento do ativismo jovem. Em primeiro lugar, o ingresso na academia fomenta o encontro dos jovens (ZOUAIN, 2019). E, além disso, conforme da Silva Júnior e Teixeira (2021) afirmam, após o ingresso ao ensino superior, os jovens criam contato com pautas e debates que cercam os movimentos sociais e o meio ambiente. Com isso, há uma crescente consciência ambiental sendo difundida entre os jovens. Ao lado de pautas relacionadas a gênero, a temática ambiental parece ser uma das principais temáticas que alcançou legitimidade em diferentes segmentos sociais, nas lutas populares e sindicais (CARVALHO, 2006).

Fatores como o forte potencial de identificação e o agrupamento de jovens, advindos da consciência ambiental, resultaram na relevante presença da juventude em ações de voluntariado e ativismo em Organizações Não Governamentais (DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021). De acordo com Duxbury e Gillete (2007), o engajamento do jovem é uma chave para o processo da sustentabilidade. Por isso, é importante inserir a juventude em programas educacionais sobre aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos de sustentabilidade; dessa forma, cria-se uma perspectiva mais otimista em relação ao futuro.

Os jovens são comumente culpabilizados, a juventude é constantemente associada à ameaça social, à delinquência e

à criminalidade. O jovem é interpretado como um potencial de desvio e transgressão criminal, que coloca em risco a própria integridade física e moral e a de toda a sociedade. Com essa visão pejorativa da proatividade do jovem, as políticas públicas, direcionadas à juventude, tornam-se meios essenciais para a contemporaneidade, garantindo um espaço social para esse recorte importante da população (ESTEVES, ABROMOVAY, 2007 apud FERNANDEZ, RODRIGUES, NUNES E TELES, 2014). A partir dessa perspectiva excludente, os jovens buscam diferentes maneiras para alcançar a visibilidade e se autenticarem como atores sociais, sendo a expressão artística uma delas, como o trecho da letra de música abaixo:

“Sempre quis falar/ Nunca tive chance/ Tudo que eu queria/ Estava fora do meu alcance/ (...) Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério/ O jovem no Brasil nunca é levado a sério/ Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério/ (...) O que eu consigo ver é só um terço do problema/ É o Sistema que tem que mudar/ Não se pode parar de lutar/ Senão não muda/ A Juventude tem que estar a fim/ Tem que se unir/ O abuso do trabalho infantil, a ignorância/ Só faz destruir a esperança/ Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério.” (Charlie Brown Jr. e Negra Li, 2000).

A criação de políticas públicas voltadas para a participação da juventude nos processos de tomada de decisão exige uma análise crítica para compreender a sua efetividade. No Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, a importância de

considerar as ações educativas de acordo com a sua complexidade, evitando um discurso vazio, é evidente. Incluir a pauta da sustentabilidade nos ambientes educacionais, colocando-a como salvadora e como uma chave para as mudanças no contexto social, não é suficiente em um sistema de educação no qual o aluno não é estimulado a pensar de forma crítica e consciente, sendo o conteúdo apenas transmitido, decorado e repetido. Sendo assim, o investimento na educação, na infraestrutura e a valorização dos profissionais de educação são um esforço necessário para que, de fato, ocorra uma transformação. A educação ambiental e seus materiais didáticos devem incluir o mesmo contexto da vivência dos alunos, capacitando-os a pensar de forma crítica e a se tornarem jovens que exerçam a sua cidadania (BATISTA; BECKER; CASSOL, 2015).

Na recente pesquisa “Atlas da Juventude”¹, publicada em abril de 2021, foram levantados alguns aspectos que geram insegurança nos jovens atualmente: a constante sensação de pressão em relação aos estudos, ao trabalho e à capacidade de se sustentar; o despreparo para a vida adulta e a controvérsia entre a liberdade e as responsabilidades e expectativas da nova fase, que traz desemprego, confusão e medo de forma constante; a percepção de que é preciso lutar por direitos básicos e o desconhecimento do Estatuto da Juventude e do direito dos jovens; a falta

1 Pesquisa publicada pelo Atlas da Juventude, uma plataforma dedicada às juventudes brasileiras que caracteriza a sua contribuição como produção, sistematização e disseminação de dados sobre a diversidade das juventudes brasileiras visando um investimento assertivo para a ativação do potencial desta geração e das futuras, impulsionando o pleno desenvolvimento e um futuro mais próspero e inclusivo.

de apoio e suporte do Estado para as juventudes, sobretudo as mais vulneráveis, especialmente no que diz respeito à educação.

A pesquisa também apresenta dados sobre o consumo da juventude, que parte de uma lógica que foge dos excessos. O desejo de economizar e o controle de gastos são fundamentados pela projeção de reserva para o futuro e consciência da real necessidade de consumo. Além disso, também há uma preocupação com o posicionamento das marcas e preferência para o consumo local e de pequenos negócios. Dessa forma, apresenta-se na juventude uma narrativa crítica que se contrapõe ao consumismo e aos malefícios do capitalismo, o que reforça o anseio por um futuro mais sustentável.

A relevância de movimentos sociais impulsionados pela juventude

O ano de 1968 possui grande destaque no que diz respeito ao ativismo jovem. Em todo o mundo, estudantes se engajaram com movimentos sociais. Na Europa, os movimentos da revolução sexual, do feminismo e da vanguarda no cinema, e na América Latina, o enfrentamento da ditadura. As universidades constituíam o cenário comum dessas mobilizações (NUNES; ZACCHI, 2016).

Como expõem da Silva Júnior e Teixeira (2021), a ditadura militar, iniciada na década de 1960, no Brasil, impulsionou a atuação da juventude brasileira, sobretudo a juventude estudante, como resistência do regime. Um acontecimento de grande relevância no contexto da atuação política dos jovens brasileiros

refere-se ao movimento de 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, que foi uma das maiores manifestações contra o regime militar, liderada pelo movimento estudantil e que contou com a participação de vários grupos políticos de diferentes ideologias, além de grandes nomes da cultura brasileira (ZOUAIN, 2019).

Os movimentos juvenis incorporaram alterações nas principais pautas do processo de redemocratização do país, fomentado pelas mobilizações sociais em prol da garantia de direitos e de políticas públicas (DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021). A partir disso, os jovens começam a protagonizar espaços políticos tradicionais em sindicatos, conferências, conselhos e partidos políticos. A juventude passa, então, a ocupar, de forma expressiva, os espaços formais da política, assim como os coletivos, movimentos sociais, assumindo até papéis de liderança nessas organizações. Sendo assim, a invisibilidade da juventude e sua atuação política, conservada por muito tempo, foi substituída pelo protagonismo juvenil (DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021).

No Brasil, um marco da institucionalidade das políticas públicas de juventude ocorre a partir do governo Lula, por meio da criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em 2005. Com a legitimação dessas políticas, o olhar sobre a juventude sofre uma transformação. As ações desenvolvidas no governo Lula e Dilma reforçam a abertura para a atuação da juventude e suas conquistas no início do século XXI. Entre as ações mais relevantes, está a criação do Conselho Nacional da Juventude, que buscava garantir, mediante um modelo democrático e participativo, a legitimação dos jovens como cidadãos e responsáveis pelos processos de mudanças sociais (FERNANDEZ; RODRIGUES; NUNES; TELES, 2014).

Ainda destaca-se o incentivo do governo PT para a participação efetiva dos jovens nas discussões e construção de soluções para questões ambientais, considerando a abertura de espaços políticos e criação de programas e projetos que desenvolviam a interface entre juventude e meio ambiente. Como exemplo, o Programa Juventude e Meio Ambiente, desenvolvido em 2007, para atuação direta com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e seus integrantes com a faixa-etária de 15 a 29 anos, participantes ou não de organizações e movimentos (BRASIL, 2007 apud FERNANDEZ; RODRIGUES; NUNES; TELES, 2014).

Mas são as iniciativas da própria juventude que vêm conquistando destaque em ações em prol do meio ambiente. Neste trabalho, serão contemplados três projetos que partiram da iniciativa de jovens, dois deles com abrangência local - EcoMaré e Perifa Sustentável –, protagonizando ações que transformam a realidade local, aumentam o conhecimento e incentivam o engajamento nas pautas ambientais, e o Engajamundo, projeto com abrangência nacional que atua no fortalecimento da conscientização ambiental, no engajamento dos jovens e no incentivo de ações locais espalhadas pelo país.

Desenvolvimento Sustentável

Em 1972, houve um marco para o Direito Ambiental: a Conferência de Cúpula realizada em Estocolmo, o primeiro evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de abordar questões ambientais globalmente. O encontro de Chefes de Estado resultou na aprovação de diretrizes relacionadas ao uso dos recursos naturais, visando a confrontar impactos causados pelos processos industriais e pela exploração predatória da natureza. A partir da década de 1970, diversas conferências internacionais foram organizadas e declarações assinadas, envolvendo pautas como clima, proteção da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, objetivando o desenvolvimento de diretrizes comuns da comunidade internacional com o intuito de preservar o meio ambiente (GUERRA; JAPIASSÚ, 2017).

A Declaração de Estocolmo, datada em 16 de junho de 1972, sobre o Ambiente Humano salienta o acesso a condições de vida adequadas como um direito fundamental, condições estas que proporcionem uma vida digna e bem-estar. Além disso, a declaração também compreende como obrigação do ser humano proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Ademais, a Declaração classifica como indispensável a educação relacionada a questões ambientais para

jovens e adultos com o intuito de formar bases de uma opinião pública bem informada e com uma conduta responsável partindo dos indivíduos, das empresas e das comunidades.

Apesar da participação do Brasil na reunião de Cúpula em Estocolmo e da assinatura na Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, o país seguiu com grandes obras públicas ambientalmente problemáticas após o evento, como a construção da Rodovia Transamazônica e a instalação da Usina Nuclear de Angra dos Reis. A preocupação com o crescimento econômico se sobrepôs à questão ambiental, isso porque a Declaração de Estocolmo, ainda que significasse um compromisso do Estado para a adoção de medidas, não tornava o cumprimento das medidas juridicamente obrigatório, aspecto característico das *soft law*. A partir da década de 1980, o Brasil acompanhou o surgimento de diversas inovações legislativas ambientais, que resultaram na adoção das diretrizes presentes na Declaração de Estocolmo, no país (GUERRA; JAPIASSÚ, 2017).

Em 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência de Cúpula, na qual os Estados participantes, a partir do relatório elaborado pela comissão, denominado como “Nosso Futuro Comum”, reafirmaram as diretrizes da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo, em 1972. A parceria global adotou valores comuns enfatizando o direito dos seres humanos a uma vida saudável em harmonia com a natureza. Em 2012, uma nova reunião de Cúpula foi realizada no Rio de Janeiro, a Rio+20, que possuía como principal preocupação os riscos de retrocesso relacionados ao encontro de 1992. Michel Prieur (2012 apud GUERRA; JAPIASSÚ, 2017) enfatiza que o evento oficializou a discussão

sobre a relevância da não regressão como requisito para o desenvolvimento sustentável. Ações, tanto do poder público quanto da coletividade, para a defesa do equilíbrio ambiental passam a ser mais demandadas (GUERRA; JAPIASSÚ, 2017).

O resumo desenvolvido por Claudio Angelo (Observatório do Clima) sobre o relatório IPCC AR6 WG2 Summary for Policymakers de 2022 evidencia a influência das ações humanas nas mudanças climáticas, algumas delas caracterizadas como perdas e danos irreversíveis. Eventos climáticos extremos tornaram a frequência de exposição de milhões de pessoas à insegurança hídrica e alimentar ainda maior, sendo África, América Latina, Ásia, pequenos países insulares e Ártico os pontos com maior impacto sofrido.

De acordo com Angelo (2022), a cadeia de impactos é encaminhada para os que possuem as situações mais vulneráveis. O aumento da desnutrição, por exemplo, afeta principalmente os idosos, crianças, mulheres grávidas e indígenas. A estimativa é de que 3,3 bilhões a 3,6 bilhões de pessoas vivam hoje em locais altamente vulneráveis às mudanças climáticas, sendo gênero, etnicidade e renda, aspectos que influenciam no aumento da vulnerabilidade. No meio urbano, as favelas são desproporcionalmente afetadas por impactos climáticos desencadeados por problemas de desenvolvimento. De 2010 a 2020, as enchentes, secas e tempestades causaram uma mortalidade 15 vezes maior nas regiões mais vulneráveis. E a expectativa para o futuro vem acompanhada de uma série de preocupações.

O modelo capitalista de produção e o consumo de massa, fundamentado em tecnologias altamente poluentes, com a utilização agressiva de combustíveis fósseis e recursos naturais, são

identificados como padrões insustentáveis. Tornar os processos de produção e consumo mais sustentáveis exige mudanças profundas e, muitas vezes, fere a lógica do capital. A China e os Estados Unidos, por exemplo, se isentam da responsabilidade de liderar ou cooperar com as políticas que objetivam a redução de carbono, porque concentram suas prioridades em defender a soberania e competitividade econômica. Apesar dos avanços significativos em relação ao consumo de energia e recursos naturais na produção econômica de bens e serviços, obtidos por meio da inovação tecnológica, o crescimento no uso desses insumos, decorrente do aumento populacional e aumento do consumo global, segue invicto. O resultado é a crescente pressão sobre o meio ambiente e os ecossistemas, o que leva os pesquisadores e gestores engajados com o tema da sustentabilidade a considerarem alternativas como o uso de instrumentos econômicos de contenção de consumo, a reversão da obsolescência programada, a transferência do uso da tecnologia limpa para os países periféricos e as mudanças nos padrões e atitudes da vida contemporânea (LIMA; LAYRARGUES, 2014).

Lima e Layrargues (2014) partem da premissa de que as respostas mais visíveis ao problema na política, na mídia e em parte da comunidade científica apropriam-se de um reducionismo que impossibilita o enfrentamento do desafio em curso. O chamado “Conservadorismo dinâmico” (SCHON, 1973; GUIMARÃES, 1995 apud LIMA; LAYRARGUES, 2014) refere-se a uma tendência de inércia do sistema vigente que apresenta resistência à mudança, assegurando uma aceitação do discurso transformador com o intuito de garantir que nada mude. De acordo com Lima e Layrargues (2014), essa estratégia consegue ser mais nociva

ao debate e busca soluções que atendem à lógica do conservadorismo convencional, criando respostas paliativas e superficiais para a questão sustentável. Dessa forma, a complexidade do problema é desconsiderada, visto que essas ações acabam resultando na desmobilização e na despolitização dos atores envolvidos. A crise ambiental, portanto, é uma crise ideológica, na qual os ideais da modernidade, inseridos no sistema dominante, prejudicam a visão integral do ambiente, fragmentam a realidade e guiam um processo contínuo de exploração e destruição da vida (NOVO, 2007 apud BATISTA, BECKER, CASSOL, 2015).

O debate sobre o desenvolvimento sustentável teve um outro marco na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2015, quando o plano de ações “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” foi adotado. Aspectos sociais, econômicos e ambientais foram integrados na agenda e representados por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que centralizam as questões principais em uma proposta com impacto global, sobretudo para os grupos mais vulneráveis (ARAÚJO, 2020).

Ao todo, foram 17 objetivos elaborados em um longo processo entre os anos de 2012 e 2015 por meio das diretrizes da Rio+20. São eles: “1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades; 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos; 5 – Alcançar a igualdade de gênero e

empoderar todas as mulheres e meninas; 6 – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos; 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todas e todos; 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas e todos; 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14 – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade; 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).” A Agenda 2030 tem como objetivo uma mudança na cooperação internacional por meio de organizações internacionais, trazendo destaque para o debate sobre desenvolvimento sustentável na política internacional (ARAÚJO, 2020).

Iniciativas de sustentabilidade ambiental

Existe uma diversidade de terminologias para as instituições privadas, sem fins lucrativos, que objetivam solucionar problemas da sociedade, na maioria das vezes com valores humanistas, universais e democráticos; “Terceiro setor” e “Organizações não governamentais (ONGs)” são algumas das terminologias usadas frequentemente (LAMY, 2013).

Na década de 1960, o Brasil vivenciou um processo de crescimento das ONGs assistido do cenário de efervescência social. Contudo, esse processo foi interrompido pelo golpe militar de 1964 (MATTOS, 2022 apud CAVALCANTI, 2019). Após a promulgação da Constituição de 1988, a atuação política da sociedade civil desenvolveu-se e, a partir disso, as ONGs ganharam destaque (PINTO, 2006 apud CAVALCANTI, 2019). Enraizadas nos movimentos sociais envolvidos com os direitos civis, as ONGs brasileiras tornaram-se porta-vozes de pautas como os direitos humanos, fome e meio ambiente, e ainda enfrentam um dos maiores obstáculos para a própria resistência a longo prazo: a sustentação financeira (CARNEIRO, 2010; SOBOTTKA, 2022 apud CAVALCANTI, 2019).

O ambientalismo pode ser compreendido como atuações comportamentais coletivas que se posicionam, de forma discursiva e prática, com o intuito de corrigir a relação destrutiva entre o homem e seu ambiente natural, opondo-se à lógica estrutural e institucional predominante (CASTELLS, 2008 apud CAVALCANTI, 2019). Nas ONGS dedicadas ao meio ambiente, o ambientalismo se fortalece e ganha papel de atuação (MIGUEL; OLIVEIRA 2017 apud CAVALCANTI, 2019). E, dentro do campo de

visibilidade urbana, são as ONGs que possuem mais destaque e contribuem de forma decisiva para a mudança de perfis das cidades (CARVALHO, 2002). Dessa forma, as ONGs inseridas no debate ambiental assumem um papel relevante de rompimento com a hegemonia política, social e econômica vigente, por caracterizarem um espaço público, não estatal, impulsionado por novos valores e padrões que atuam de forma potencialmente capaz de fragmentar a lógica individualista e predatória (MATTOS, 2022 apud CAVALCANTI, 2019).

A sociedade civil organizada tem aumentado a sua contribuição em discussões, no desenvolvimento e na execução de políticas públicas. Nesse contexto, as ONGs assumem um papel relevante na articulação da população frente às mudanças climáticas, atuando como representantes civis em cenários de negociações e decisões políticas que perpassam desde as conferências da ONU até realidades locais. Simultaneamente, as ONGs estabelecem contato direto com a população, em campanhas virtuais, presenciais e em ações de ativismo e mobilização. Dessa forma, as ONGs operam especialmente em cenários nos quais o poder público não é capaz de suprir as necessidades da população, seja trabalhando de forma complementar ao governo ou assumindo um posicionamento de oposição (CAVALCANTI, 2019).

O desafio de captar a atenção e o engajamento sobre as temáticas ambientais torna-se ainda maior quando existe um contexto socialmente instável e repleto de vulnerabilidades. Nesse tipo de cenário, no qual o Brasil se aplica, a comunicação enfrenta o obstáculo de encaixar a pauta ambiental entre as diversas preocupações que assolam o brasileiro que, na maioria das vezes, vive um uma luta pela sobrevivência e acaba por priorizar

as questões que são percebidas e sentidas de forma mais palpável, como questões de saúde, alimentação, renda, emprego e educação (CAVALCANTI, 2019).

No que tange à atuação da juventude nas iniciativas ambientais no Brasil, é notória a sua relevância, especialmente após a virada do milênio. Nos anos 2000, uma exemplificação da atuação social da juventude é a criação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente (CJs) (DINIZ, 2015 apud CAVALCANTI, 2019).

Em 2003, a Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente propiciou a inserção da juventude nas discussões e viabilizou ações pertinentes às questões ambientais. A Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA), rede de jovens ligados a pautas socioambientais e a Política Nacional de Juventude, conjunto de diretrizes que circundam juventude, políticas públicas e sustentabilidade, são alguns exemplos expostos por Fernandez, Rodrigues, Nunes e Teles (2014).

A juventude possui grande relevância na construção de uma sociedade sustentável. A Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) é um exemplo de iniciativa de sustentabilidade ambiental que evidencia que o envolvimento dos jovens com a temática ambiental pode se fortalecer por meio de canais simples de participação e interação que possibilitem o protagonismo jovem nas discussões sobre as questões socioambientais que influenciam o seu cotidiano (FERNANDEZ, RODRIGUES, NUNES E TELES, 2014). A criação de programas de juventude e meio ambiente deve atender às necessidades locais para engajar a comunidade, por meio de um discurso que sensibilize e conduza à transformação (BATISTA; BECKER; CASSOL, 2015).

Ao considerar o processo histórico do movimento ambientalista, é possível concluir que a criação e as transformações significativas são consequências de uma conjuntura sócio-político-econômica do momento. Destaca-se, ainda, a influência do modelo de desenvolvimento hegemônico que compreende o meio ambiente apenas como uma fonte de recursos e um local para descarte de resíduos (LIMA et al, 2014 apud CAVALCANTI, 2019). Dessa forma, torna-se nítido que as questões ambientais não existem de forma isolada, e que é necessária uma visão panorâmica para compreendê-las (CAVALCANTI, 2019). Atualmente, a insatisfação com o governo federal, sobretudo com o Presidente da República, gerou uma unanimidade entre os movimentos e ativistas ao deixarem de lado divergências políticas e construírem uma narrativa em oposição à conjuntura vigente. As queimadas na Amazônia são uma exemplificação de questões que atendem ao interesse comum e que acabam agrupando movimentos (DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021).

A atuação social é desencorajada pelo efeito das controvérsias negacionistas, da comunicação da mídia, dos discursos dos lobbies anticlima, dentre outros aspectos que tornam o público geral confuso, perplexo e inerte. Dessa forma, a ação educativa assume um papel de grande contribuição, visto que a falta de uma percepção clara do problema não permite que haja uma reação bem estruturada. E a espera de uma maior visibilidade do problema para desenvolver uma reação resultará em uma resposta tardia (LIMA; LAYRARGUES, 2014).

A percepção de que as mudanças climáticas representam um fenômeno distante da realidade não está presente exclusivamente na população de forma geral, mas também no

posicionamento de tomadores de decisão (CAVALCANTI, 2019). Como exemplo, Ricardo Salles, que atuou como ministro do meio ambiente de 2019 a 2021, defendeu que a crise climática se resume a uma questão acadêmica e que se tornará uma preocupação daqui a 500 anos (CISCATI, 2019). Apesar de declarações como esta, que partem de atores de importância macrossocial, estarem potencialmente associadas a interesses econômicos e privilégios políticos (RENN, 2011 apud CAVALCANTI, 2019), é preciso atentar-se a esse distanciamento ao tratar as mudanças climáticas, dado o impacto decorrente na percepção dos cidadãos e na construção do diálogo com diversos setores da sociedade (CAVALCANTI, 2019).

Com isso, a superação do negacionismo e do “Conservadorismo Dinâmico” torna-se inadiável, compreendendo que a crise climática exige saídas políticas e educativas proporcionais à complexidade do problema, por meio de uma visão crítica que considere os conflitos políticos e os dilemas ético-valorativos envolvidos na questão. A partir desse referencial crítico e complexo, os processos educativos que enriquecem a práxis – articulação entre teoria e prática – são gerados. Ademais, Lima e Layrargues (2014) apresentam o surgimento da atuação paralela de educação formal e não formal, além da interdependência entre as ações individuais (na esfera privada) e as ações sociais (na esfera pública), da democracia participativa como forma de regularização do papel do Estado e das empresas frente aos desafios ambientais e climáticos, e da aproximação cotidiana com a comunidade a nível local, como é o caso de dois dos projetos a serem abordados em outros capítulos, *Eco Maré* e *Perifa Sustentável*.

A proposta de uma educação praxica estimula ações transformadoras e um maior entendimento teórico que encerram o ciclo de inércia e cria um vínculo entre o desafio climático e o cotidiano. A teoria auxilia na compreensão da relação causal das mudanças climáticas e ação humana, compreendendo a origem histórica desses acontecimentos, as consequências atuais e os riscos previstos, assim como a relação do desafio com os padrões de consumo globais e os valores hegemônicos da sociedade. As alternativas práticas abrangem a reivindicação dos cumprimentos das responsabilidades legais e das leis ambientais das autoridades, o trabalho voluntário, como também apresentar a importância e os meios para a redução de resíduos sólidos e desperdício de recursos naturais. Sendo assim, o desafio é duplo, devido à necessidade de uma compreensão mais crítica sobre a problemática ambiental e ao conhecimento de possíveis ações cotidianas individuais e coletivas que podem auxiliar neste desafio (LIMA; LAYRARGUES, 2014).

O coletivo Eco Maré

Em 2018, por incentivo de um projeto da ONG Redes da Maré, que tinha como intuito impulsionar a formação de jovens líderes comunitários – a partir do reconhecimento dos jovens enquanto indivíduos, do pertencimento do local, do conhecimento das limitações individuais e coletivas e da consciência do território, – um grupo de jovens se uniu para trabalhar na resolução de um problema local. Entre várias questões levantadas, como a violência e a falta de estrutura da educação, o grupo decidiu

focar na questão ambiental e revitalizar a Rua Ivanildo Alves, mais conhecida como “divisa”, por se situar em um ponto central entre dois poderes do crime organizado, e que encontrava-se tomada por lixo. A ação do grupo foi direcionada para a limpeza do local e o plantio de mudas, contando com a participação da comunidade. E, graças a esta primeira ação, no Complexo da Maré – situado na Zona Norte do Rio de Janeiro - surgiu o coletivo Eco Maré.

O coletivo não possui fins lucrativos e tem o intuito de compartilhar informações, liderar ações voltadas à sustentabilidade, integrar moradores e catadores, fomentar debates e revitalizar locais com grande concentração de lixo. O Complexo da Maré é formado por 16 favelas, e a pretensão do coletivo é expandir suas ações para alcançar todo o complexo, levando educação ambiental e diálogos sobre saúde pública, evidenciando a relação entre a natureza e a saúde. A ideia do projeto consiste em mobilizar para revitalizar e transformar lugares, tendo o jovem como uma ponte, mostrando que é possível agir, mesmo com as limitações financeiras, conforme afirma Juliana Oliveira, fundadora do coletivo, em entrevista concedida ao Brasil de Fato.

A intenção inicial do projeto era exclusivamente relacionada à criação de mais áreas verdes e à revitalização das áreas negativamente afetadas pelo lixo, mas ao longo do tempo, o projeto começou a estar interligado com outros setores, como educação ambiental, saúde pública, coleta de dados e parcerias com outros projetos da região. Juliana conta que o projeto nasceu a partir de uma necessidade evidente, de um cenário comum em favelas que representam contextos nos quais muitas oportunidades e direitos não chegam, e a questão ambiental ocupa o fim da lista

de prioridades. De acordo com a fundadora, moradores vivem lutando por questões básicas, como a segurança e a obtenção de renda. O direito de viver torna-se prioridade nestes cenários, e questões como lazer, por exemplo, acabam sendo preteridas, de acordo com Juliana Oliveira. O relato reforça o desafio de engajar a população em temáticas ambientais em contextos vulneráveis, nos quais existem diversas preocupações mais palpáveis relacionadas à sobrevivência (CAVALCANTI, 2019).

Em entrevista exclusiva para o presente trabalho, Juliana Oliveira relata que Eco Maré ainda não é um projeto consolidado, com CNPJ e um cronograma de ações fixas e que a atuação do projeto consiste em atividades isoladas, que são financiadas por meio de editais. Nas oportunidades em que o coletivo consegue os recursos necessários para realizar uma ação, todos os membros são comunicados e se mobilizam para executá-la, sendo acionados de forma pontual. Entre as ações já realizadas pelo coletivo, estão a distribuição de mudas e de produtos como escovas de dente de bambu e canudos de inox. De acordo com Juliana Oliveira, uma das problemáticas que envolvem o coletivo é a falta de assiduidade das ações, devido à obtenção de recursos que torna-se cada vez mais difícil, tanto pela escassez de editais que abrangem a questão ambiental, quanto pela rejeição de inscrições de coletivos sem CNPJ. Os editais elegíveis para o Eco Maré são iniciativas de empresas privadas e, de acordo com as entrevistadas Juliana Oliveira e Juliana Machado, os editais da prefeitura geralmente são focados para atividades culturais e exigem CNPJ. Desde a sua fundação, o coletivo ainda não conseguiu participar de nenhum edital promovido pela prefeitura.

Além disso, ainda há a elitização da discussão ambiental. Uma das fundadoras, em entrevista ao Brasil de Fato, conta que as pessoas de fora da favela, às vezes, têm a sua fala mais considerada do que a dos próprios moradores, que vivenciam a realidade discutida no cotidiano. Ela conta que aspectos como a violência, os confrontos civis e a distância da pauta do meio ambiente são bem tristes de vivenciar.

Até mesmo soluções aparentemente simples, como a separação de lixo, sofrem alguns obstáculos nas favelas. Ainda que os moradores separem os resíduos, eles são misturados quando recolhidos pelos profissionais de limpeza urbana. Sendo assim, no Complexo da Maré não há um trabalho que seja promovido por projetos sociais, voltado para a separação do lixo, porque, na prática, a distinção de resíduos não acontece. Com isso, reforça-se a importância de adotar um novo olhar para o que é consumido antes do descarte, buscar ressignificar o que pode ser reutilizado, evitando uma produção excessiva de lixo. Além disso, a compostagem exemplifica uma ação simples que, segundo Juliana, serve também para a interação social, visto que a terra que sobra pode ser compartilhada com outras pessoas, abrindo mão de uma percepção que torna tudo o que não precisamos, descartável.

Juliana Oliveira afirma que o diferencial do coletivo Eco Maré está na aproximação dos membros com a comunidade, isso porque eles são moradores do Complexo da Maré e vivenciam experiências bem parecidas – eles se conhecem e sabem a linguagem ideal para atingir o público do local, e esses aspectos formam um grande alicerce para a realização das ações do projeto, que são fundamentadas na transformação do espaço

coletivo, mostrando que é possível tornar o espaço de convívio mais agradável e tornando a pauta ambiental mais palpável. Contudo, o papel transformador dos cidadãos não torna menos relevante o papel dos políticos, que deveriam estar atentos e garantir condições melhores para as favelas.

No documentário “Voz Ecoa: Meio Ambiente e Sustentabilidade na Favela”¹, o coletivo Eco Maré é destacado como uma iniciativa que insere os moradores da favela no centro do debate ambiental. Juliana Oliveira conta que atuou no coletivo por compartilhar com outros jovens o mesmo intuito: transformar o espaço em que vivia. No vídeo, ela relata sobre o esquecimento sofrido pela Maré, que não é vista como um espaço territorial e como essa visão afeta os serviços que deveriam chegar de forma integral na favela, vide os serviços da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), e de todos os outros setores, sendo o setor ambiental apenas mais um que sofre com esse descaso. Juliana ainda pontua que o esquecimento vivido pela Maré tem total relação com o poder, dinheiro e qualidade de vida. A participante relata que uma das formas de atuação do projeto Eco Maré acontece por meio de rodas de conversa sobre temáticas ambientais com o público geral; e a necessidade desses debates é inquestionável, devido a um ponto importante levantado por Juliana: a educação ambiental não é suficientemente abordada nas comunidades, na TV e nem nas escolas.

Juliana Machado, pedagoga e participante do coletivo, expõe que a Maré é uma comunidade que veio da degradação ambiental, devido ao mangue e seus aterramentos, e revela que a

1 Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SEskOzdl-1E>

atuação do projeto vai muito além do simples ato de plantar, pois também trabalha a sensibilização e educação socioambiental dos moradores. Além disso, ela defende que as crianças, que estão em processo de formação, possuem uma excelente capacidade multiplicadora, ao promover a conscientização dentro de casa.

A pedagogia discorre também sobre a relação entre a política e o meio ambiente, afirmando que acredita que existe uma disposição em culpabilizar o cidadão comum e retirar a culpa das instituições que deveriam intervir, ainda que a questão ambiental exija uma atuação mútua. Juliana ressalta que não faz sentido cobrar exageradamente responsabilidade de um público que nem mesmo teve acesso à educação ambiental. Com isso, ela traz a reflexão de que é necessário compreender o contexto em que a pessoa vive para exigir uma postura condizente, pois adotar um estilo de vida sustentável não é simples quando o indivíduo não tem água encanada ou qualquer outra estrutura. Sendo assim, a participante do coletivo conclui que o engajamento se trata de uma troca, quando um cidadão recebe uma estrutura mínima, ele passa a ter capacidade de responder de forma positiva.

○ instituto Perifa Sustentável

O Perifa Sustentável foi fundado em Brasilândia, zona norte de São Paulo, em setembro de 2019. A organização tem suas ações pautadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscando construir uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para o país, a partir da justiça social e ambiental, e democratizando esses debates. Mahryan Sampaio, embaixadora da

Juventude da Organização das Nações Unidas (ONU), diretora da ONG IKMR – Eu Conheço Meus Direitos e diretora-executiva do Instituto Perifa Sustentável, em entrevista ao Portal Cenpec, conta que a atuação do instituto acontece em ações territoriais, advocacy, representação em espaços de decisão nacionais e internacionais (como a COP26) e projetos transformadores, visando a ações efetivas que promovam uma transformação na vida nos territórios periféricos, os mais afetados pela crise climática. De acordo com Amanda Costa, fundadora do Perifa Sustentável e jovem embaixadora da ONU, em entrevista para o *Catraca Livre*, o projeto tem a missão de democratizar a agenda 2030 para as periferias e favelas. Ela fundou o instituto com o intuito de trazer o debate global, no qual ela já estava inserida, para atuar de forma local, trazendo o seu conhecimento para moradores da favela de forma menos técnica e com uma linguagem simplificada.

Mahryan, formada em Relações Internacionais, relata que estudou conteúdos relacionados à pauta climática em escala global na faculdade, mas que sempre se considerou ativista. Em um primeiro momento, ativista pela igualdade de raça e gênero e depois pela questão do meio ambiente. Mahryan já atua há alguns anos na diretoria do programa IKMR – Eu Conheço Meus Direitos, organização dedicada às crianças em situação de refúgio. Neste programa, ela teve a compreensão da questão ambiental e seus desdobramentos que atingem a população de forma diferente, graças à injustiça social e ambiental. Conforme explicado pela diretora do instituto, o termo “injustiça ambiental” é utilizado globalmente para compreender as diferenças do impacto das mudanças climáticas na vida das pessoas, como os desastres ambientais que fazem com que algumas pessoas sofram mais do que outras. Den-

tro do contexto racial, ainda há o termo “racismo ambiental”, usado para descrever a injustiça ambiental sofrida pelas comunidades de étnicas minorizadas que estão mais suscetíveis a situações de degradação ambiental, falta de acesso a recursos naturais, como ar limpo e água potável e a falta de representação na tomada de decisão relacionada às questões ambientais.

Mahryan salienta a narrativa branca e europeia criada para tratar as questões do meio ambiente, na qual problemas como o derretimento das geleiras e a extinção dos ursos polares são destacados. Com essa narrativa, a identificação da população brasileira com a pauta ambiental se torna mais difícil, e os assuntos relacionados às mudanças climáticas e ODS aparentam ser pautas muito distantes; porém, esses assuntos são completamente aplicáveis ao cotidiano brasileiro. Por isso, Mahryan ressalta a importância de abordar as questões climáticas relacionando com o que nos afeta de forma mais visível, como a questão do entulho na favela e as super ondas de frio e calor nos contextos urbanos. Amanda Costa conta, em entrevista ao ECO UOL, que, em 2017, teve a oportunidade de representar os jovens brasileiros na COP23 – Conferência de Clima da ONU que aconteceu na Alemanha – e que se sentiu incomodada ao perceber que aqueles que tinham direito à fala não se pareciam com ela e nem viviam a sua realidade, mas abordavam temas que perpassavam a narrativa e os problemas que atingiam as periferias. Para ela, a falta da educação climática faz com que o debate seja limitado a pessoas brancas e privilegiadas e, ao aprofundar o debate, percebe-se que o maior impacto não é sofrido por esse grupo.

Explicar aos jovens que a crise climática impacta os territórios periféricos, mostrando para eles que as ondas de calor

são sentidas de modo mais intenso por aqueles que moram em casas que não são feitas de tijolos e cimento, torna a questão mais palpável, de acordo com Mahryan. E é a exposição dessa relação causal que tornou-se o foco do Perifa Sustentável. A diretora explica que os jovens e a sociedade civil organizada estão percebendo que os líderes, as empresas e os governos não estão engajados o suficiente para se responsabilizar e tomar medidas relacionadas às mudanças climáticas globais, conforme estipulado pela ONU com a Agenda 2030. E, com isso, a juventude surge ganhando protagonismo, seja por meio do ativismo climático ou apenas do conhecimento mínimo das questões ambientais para criar diálogos sobre o assunto. Para ela, a juventude surge como um furacão, articulando políticas, baseando suas escolhas no respeito à natureza, rompendo com a visão antiquada, relacionando as questões ambientais ao próprio cotidiano e ressaltando a urgência para que ocorram mudanças em todas esferas, comportamentais, políticas, sociais e econômicas. Para Amanda Costa, o jovem deve questionar o status quo e não simplesmente aceitar todos os padrões que são impostos, entendendo o seu papel e o seu lugar de fala, ocupando o seu espaço com argumentos, olhar crítico e uma postura assertiva em relação a tudo o que acredita. Ela afirma que falar sobre a crise ambiental é falar sobre alimentação, transporte, mobilidade, habitat, verde urbano e saúde, ou seja, tudo o que nos atravessa.

Mahryan relata que o Instituto Perifa Sustentável faz parte desse movimento de comunicar para as comunidades, favelas e escolas as questões climáticas, adequando o tema à realidade e ao público receptor. Para o instituto, aqueles que são os prin-

cipais afetados devem estar incluídos neste debate, e ao trazer a juventude para a discussão, o cuidado com o meio ambiente não impacta exclusivamente as ações futuras, como também impacta o presente. Além disso, a diretora do instituto expõe um contraste geracional das escolas, no qual educadores precisam estar abertos às ideias e questionamentos que vão partir das crianças e adolescentes e compreender que eles possuem grande potencial transformador. A crise climática não pode ser apresentada como um fenômeno sem solução, pelo contrário, os profissionais devem, caso os alunos queiram, incentivar os jovens a serem agentes de mudança a partir do conhecimento sobre a questão ambiental. Inclusive, de acordo com a diretora do instituto, uma das pretensões do Perifa Sustentável é lançar, no segundo semestre de 2022, um programa para escolas públicas que encorajem os jovens a iniciarem suas intervenções e seus próprios coletivos, levando a questão ambiental para fora da sala de aula, ao promover projetos de intervenção territorial que façam com que a juventude esteja cada vez mais ativa dentro das pautas ambientais.

Com vasta experiência em outras organizações, Mahryan conta que percebia questões comuns em outros projetos dos quais participava, como a falta de escuta ativa e presença da juventude nas tomadas de decisão. Projetos direcionados aos mais jovens sendo desenvolvidos por pessoas mais velhas, ou seja, fundamentados em suposições sobre o que os jovens desejam, em vez de investir na inclusão da juventude, ou ao menos em pesquisas adequadas. Para Mahryan, inserir os jovens nos processos de organização, mobilização e tomada de decisão é o que torna o Perifa Sustentável um projeto revolucionário.

A organização Engajamundo

O Engajamundo é liderado e composto exclusivamente por jovens que acreditam no próprio potencial transformador frente aos desafios socioambientais do Brasil e do mundo. Fundado em 2012, no âmbito da Rio+20, por Raquel Rosenberg e mais quatro amigas da faculdade, o projeto atua em cinco grupos de trabalho (Clima, Cidades Sustentáveis, Gênero, Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade), conta com mais de 200 voluntários espalhados em 18 estados brasileiros e já mobilizou mais de 2 mil jovens em diferentes causas. Raquel defende que a limitação de idade do projeto, que restringe a faixa etária até os 29 anos – com exceção para pessoas pertencentes a comunidades tradicionais, que possuem uma extensão de idade até os 35 anos – é essencial para que jovens aprendam e troquem com outros jovens.

De acordo com a Visão das Juventudes para o Desenvolvimento do Brasil, criada pelo Engajamundo, a atuação do projeto serve como um canal para a participação da juventude em tomadas de decisões que influenciam o presente e o futuro. Além disso, o Engajamundo atua na conscientização dos jovens em relação às mudanças que estão ao seu alcance, desdobrando na transformação da sua própria realidade. Para isso, o projeto age por meio da educação, mobilização e advocacy, fortalecendo as juventudes brasileiras ao auxiliar na compreensão, participação e inclusão em processos políticos locais, nacionais e internacionais, abrindo possibilidades para que os jovens possam articular suas demandas em todas as áreas políticas.

A Visão das Juventudes para o Desenvolvimento do Brasil questiona o conceito de desenvolvimento do atual modelo

econômico a partir de um trabalho colaborativo que envolveu aproximadamente 25 jovens das cinco regiões do país. Neste trabalho, foram levantados os principais desafios do Brasil, ambientais, sociais e econômicos. A partir dessa visão holística, a conclusão foi de que é urgente centralizar a vida nas decisões de todas as esferas, compreendendo que o planeta não está à disposição dos anseios humanos e não tem como função prover recursos para satisfazê-los. O comportamento exploratório deve ser extinto para permitir uma convivência de cuidado e respeito entre as diversas existências na Terra, reconhecendo o papel de cada uma no equilíbrio do meio ambiente, para alcançar o Brasil projetado que não engloba o racismo, machismo, sexismo ou predatismo. O intuito é criar um novo mundo, resgatando a cultura, os regionalismos e as subjetividades para uma economia limpa, mais igualitária e humana.

O material “Guia de dúvidas frequentes” apresenta a estrutura dessa organização liderada por jovens que entendem a sua responsabilidade como fundamental para encarar os desafios socioambientais. O Comitê Facilitador (CF), composto por jovens que representam, cada um, uma parte do Brasil, é uma das principais estruturas do Engajamundo e tem como intuito imprimir a cultura da organização, considerando sua visão, missão e valores em todos os projetos, campanhas e decisões, além de acompanhar e dar suporte às atividades e fazer a gestão administrativa de todos os processos.

Na organização, são quatro Grupos de Trabalho (GTs): Mudanças Climáticas, Gênero, Biodiversidade, Cidades e Comunidades Sustentáveis. Esses grupos se reúnem semanalmente, de forma on-line, para dialogar, construir o posicionamento do

Engajamundo e desenvolver projetos e campanhas sobre problemáticas complexas. Existem também os Núcleos Locais (NLs), cidades e territórios nos quais os jovens atuam. Antes da pandemia, os voluntários costumavam ter encontros presenciais para planejar atividades que chamassem a atenção dos governantes para que eles se atentassem a questões da região que envolvem os temas trabalhados pelo Engajamundo. Além disso, por meio dos núcleos é possível praticar campanhas da organização, e caso o voluntário seja um multiplicador de uma das metodologias do Engajamundo, ele pode transmitir esse conhecimento para a sua comunidade/escola/universidade. A junção dos núcleos forma as casas, que representam os biomas. Atualmente são quatro casas que estão sendo estruturadas: Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

Em resumo, o trabalho do Engajamundo é fundamentado na agenda socioambiental, portanto os diálogos são interseccionais e transversais, considerando as questões de raça, gênero e classe. E conta com formações sobre os temas, participação em espaços locais, nacionais e internacionais, com estrutura híbrida, on-line para grupos de trabalho, laboratórios e campanhas e off-line para os núcleos locais espalhados pelo país.

O discurso nas Iniciativas de Sustentabilidade Ambiental

A narrativa desenvolvida para engajar as pessoas nas pautas sustentáveis, quando agregadas a estratégias comumente utilizadas pelos movimentos – como explorar os sentidos e as emoções - agrega militantes e consolida as pautas no campo político (DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021).

Historicamente, as mudanças climáticas são associadas a um discurso com tom catastrófico, apelo emocional e linguagem alarmista, sendo a imagem de um urso polar restrito a um pequeno pedaço de gelo flutuando, uma das maiores representações do discurso (CAVALCANTI, 2019). Na construção de diálogo com o público, a clareza da informação é o aspecto mais relevante, pois uma informação que não é compreendida e traduzível para um plano prático equivale à inexistência da informação (TADDEI, 2008 apud CAVALCANTI, 2019).

No artigo “Fear Won’t Do It”: Promoting Positive Engagement With Climate Change Through Visual and Iconic Representations, escrito por Saffron O’Neill e Sophie Nicholson-Cole, a compreensão de engajamento adotada – de Lorentzon et al. (2007) – é de um estado de conexão entre três esferas codependentes: a cognição, o afeto e o comportamento. O artigo analisa a forma de comunicar, fortemente utilizada, que faz uso do medo para captar a atenção

dos receptores e que dificilmente constrói um comportamento orientado para a defesa ambiental a longo prazo. A “perversidade” da natureza torna a questão ambiental distante e impessoal para muitas pessoas, dificultando um engajamento duradouro.

A mídia hegemônica ainda é a principal fonte informativa para grande parte da população, mas organizações não-governamentais, instituições governamentais e empresas privadas também ocupam uma parcela relevante da emissão de informações (LIMA; LAYRARGUES, 2014). Dessa forma, a junção do campo ambiental com a comunicação viabiliza transformações na percepção e nas ações relacionadas ao meio ambiente e constitui a comunicação ambiental, que é compreendida como um conjunto de iniciativas que objetivam promover a causa ambiental (MIGUEL; OLIVEIRA, 2017 apud CAVALCANTI, 2019). E para que a comunicação ambiental atinja o seu objetivo, é necessário avançar para a prática, potencializando a apropriação dos conteúdos informativos e estimulando mobilizações. Sendo assim, destaca-se que uma comunicação eficiente envolve tanto a transmissão de uma mensagem do comunicador quanto uma mudança no comportamento do receptor gerada pela transmissão, envolvendo a aprendizagem no processo de comunicação (PFROMM, 1972 apud CAVALCANTI, 2019).

As ONGs apresentam em sua comunicação um aspecto relevante e positivo: a autonomia. Sendo assim, cria-se um espaço próprio mediante suas próprias mídias, e essas organizações ambientalistas tornam-se importantes e efetivas produtoras de conteúdo sobre as pautas em que atuam. O acesso a informações é uma forma de conscientização dos cidadãos sobre os impactos da relação com o meio ambiente. Dessa forma, a comunicação

assume um papel mobilizador, incentivando práticas informais e contribuindo para a propagação de conhecimento sobre o assunto (CAVALCANTI, 2019).

O ambientalismo foi um dos movimentos que mais se apropriou do ciberespaço para expandir fronteiras, engajar pessoas e se firmar politicamente. Por isso, é relevante analisar a configuração dos processos comunicacionais virtuais, no âmbito do movimento ambientalista, que incluem ferramentas interativas, como o ciberativismo (MIGUEL, 2011). Castells (2000 apud MIGUEL, 2011) considera a internet essencial para ordenar e mobilizar os grupos ambientalistas, pois no ambiente virtual é que os movimentos são organizados, encontros marcados, conferências e manifestações planejadas. A partir da incorporação da internet, ativistas expandiram a sua atuação, reivindicando, difundindo informações e mobilizando sem mediações (PICON, 2014). O ciberativismo torna-se um meio importante para o exercício da cidadania, estabelecendo a internet como um espaço libertário para reivindicações e discussões, o que foi relevante para a causa ambiental, visto que os movimentos fundamentados em valores necessitam da comunicação para conquistar apoio à causa e legitimá-la.

Para analisar a efetividade da comunicação ambiental, é necessário compreender a premissa de que as mudanças climáticas estão em um contexto de baixo engajamento da população de forma geral, o que não é resultado de um total desconhecimento sobre as mudanças climáticas, visto que a população tem consciência de que elas existem, ainda que não tenham um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto. O desafio maior baseia-se em alcançar o público que está fora da “bolha climática” de forma que ele realmente se sensibilize com o tema (CAVALCANTI, 2019).

O baixo envolvimento da população não pode ser associado exclusivamente ao desinteresse ou a uma escolha consciente para além da individualidade; o engajamento pode ser afetado por questões macro: sociais, políticas e econômicas, de acordo com Moser e Dilling (2004 apud CAVALCANTI, 2019). Sendo assim, a comunicação ambiental deve considerar esses aspectos para que o discurso esteja adequado à realidade da população. Mas, ao considerar todos os aspectos que permeiam o debate sobre as mudanças climáticas, enfrenta-se um outro desafio: impedir que a linguagem adquira uma complexidade que prejudique a compreensão do conteúdo e, conseqüentemente, o engajamento com o tema, visto que se torna mais complexo o processo de transformar o que foi comunicado em ações (CAVALCANTI, 2019).

De acordo com Cavalcanti (2019), uma saída para que as ONGs comuniquem de forma efetiva, lidando com a complexidade do tema, seria tratar as mudanças climáticas a partir de recortes e públicos específicos, traduzindo e transformando a multiplicidade para que a pauta seja mais facilmente assimilada. Por isso, o fenômeno deve ser analisado em diferentes escalas (global e local), considerando as percepções sobre o tema, assim como o risco e a vulnerabilidade frente às mudanças climáticas (FARIAS, 2017).

De acordo com Farias (2017), é essencial acessar os aspectos afetivos envolvidos, analisando a percepção das pessoas e o valor que elas dão aos fenômenos das mudanças climáticas e seus desdobramentos. Alguns estudos apresentam a dificuldade das pessoas em associar as mudanças climáticas com os seus riscos, especialmente os que influenciam as localidades mais próximas (BORD, FISHER, O'CONNOR, 1998; MEIRA, MONTEIRO, 2009 apud FARIAS 2017). Farias (2017) ainda salienta uma ou-

tra questão limitante, a crença de que as ações individuais são pouco relevantes e eficazes em um contexto de catástrofe global, fazendo com que as pessoas se mantenham na inércia, ignorando o problema ambiental como se ele não fosse real e nem capaz de afetá-las. Isso acontece porque o vínculo afetivo com o planeta, geralmente, é menos significativo do que o vínculo com os ambientes cotidianos. E o distanciamento na percepção dos indivíduos sobre o problema, considerando o ponto de vista espacial e temporal, desconsidera o contexto imediato e local e acaba fragilizando a percepção da necessidade de assumir um compromisso com medidas de proteção ao meio ambiente (LORENZONI; PIDGEON, 2006 apud FARIAS, 2017).

De acordo com Pinheiro (2003 apud FARIAS, 2017), durante a segunda metade do século XX, houve um fortalecimento do viés ecológico. Com isso, Farias (2017) afirma que houve um maior esclarecimento na consciência global sobre os problemas ambientais e seus impactos, ainda que alguns destes sejam percebidos de forma sutil atualmente. Contudo, os desdobramentos das mudanças climáticas estão cada vez mais presentes e perceptíveis e a projeção é que, no futuro, muitas serão as dificuldades enfrentadas pelas gerações mais jovens.

○ discurso com abrangência nacional

O projeto com abrangência nacional a ser analisado, o Engajamundo, se define como uma rede de jovens que acredita que a mudança individual e o local, e o engajamento político são capazes de transformar a realidade. A organização possui lide-

rança jovem e é feita para os jovens, pois acreditam na relevância do engajamento da juventude para enfrentar os problemas ambientais e sociais globalmente.

Em seu site, o projeto possui missão, visão e valores bem definidos que envolvem intuítos abrangentes de conscientização, educação, incentivo ao engajamento e inserção política, visando a uma juventude consciente do seu impacto socioambiental nos âmbitos nacional e internacional. O projeto também se posiciona em relação à diversidade, um de seus valores, defendendo o acolhimento das diferenças.

As campanhas e projetos dentro da organização são pautados por temas específicos alinhados aos pilares de atuação e valores do Engajamundo, mesmo que não estejam relacionados a um tema dos Grupos de Trabalho. O advocacy praticado pelo Engajamundo é feito de forma leve, divertida e bem humorada, com coragem para instigar os tomadores de decisão.

O Engajamundo trabalha a sensibilização dos jovens e, apesar de se caracterizar como uma organização nacional, busca associar, ao máximo, as perspectivas locais com os debates globais sobre o clima, incentivando os jovens a ações viáveis que transformam. Por isso, o organograma do projeto tem suas divisões por região e localidades, objetivando um debate que faça sentido para os jovens ao trazer desdobramentos que os afetam cotidianamente.

Além das formações promovidas pela organização, o Engajamundo disponibiliza materiais que auxiliam na estruturação de ações locais, como é o caso do guia "Ação climática local: um guia para jovens da América Latina". Neste material, o papel da comunicação é reconhecido como uma ferramenta de grande relevância, tanto nos processos de advocacy quanto na mobilização social.

A instrução do guia é auxiliar na criação de mensagens fortes a partir de narrativas que abarquem a ideia apresentada, de preferência, considerando a concisão, objetividade e direcionamento. O material destaca que a persuasão e a facilidade de compreensão geram impacto ao transmitir mensagens. E, contar histórias é uma forma para compartilhar vivências e valores. O guia apresenta um direcionamento estruturado para a contação de histórias no processo de advocacy: considerar as motivações, escolhas e decisões que influenciaram a estratégia, apresentando o seu ponto; estabelecer conexões, trazendo valores conectados aos receptores da mensagem; e tratar sobre a necessidade de ação imediata, compartilhando práticas capazes de alcançar as mudanças almeçadas.

Com isso, é ressaltada a importância de identificar o público-alvo e entender a realidade a ser impactada, aumentando o impacto da comunicação. Como exemplo, o material discorre sobre o que seria uma comunicação efetiva para as comunidades indígenas brasileiras e outros povos tradicionais, que muitas vezes não têm acesso a uma internet de qualidade. As rádios comunitárias, consideradas, muitas vezes, como mídias ultrapassadas, tornam-se grandes aliadas para o alcance de certos grupos. Portanto, deve-se considerar não só o discurso e a linguagem, como também a mídia que intermedia a mensagem.

O material trata sobre a comunicação voltada para a sensibilização e mobilização da sociedade, assim como para a pressão direcionada aos tomadores de decisão, chamada de comunicação ativista, graças ao seu caráter de denúncia e mobilização em prol de um objetivo. Ademais, a comunicação ativista abrange diversas ações como criação de conteúdo para as redes sociais,

uso de e-mail, sites, petições, twitaço (manifestação realizada pelo Twitter, geralmente agendada, que visa a um alto número de tweets sobre determinada pauta com uma hashtag em comum para alcançar os Trending Tops e, conseqüentemente, gerar uma maior visibilidade sobre o assunto), cartas públicas, podcasts e ocupação de mídias tradicionais, como rádios e canais de TV. O Engajamundo reconhece a comunicação como uma aliada para o fortalecimento de demandas que são defendidas.

○ discurso com foco local

O coletivo Eco Maré começou com seis integrantes e hoje possui aproximadamente 15 membros que planejam e estruturam as ações, e a comunidade é convidada a participar apenas nos dias das ações. Atualmente, a distribuição de funções nos processos de editais, nos quais os recursos são obtidos, ocorre da seguinte forma: um grupo de membros é responsável por buscar editais que se apliquem aos objetivos do coletivo. Após a seleção de um edital, o grupo completo de membros é mobilizado para a inscrição. A partir disso, é definida a ação a ser realizada e as responsabilidades de cada um para a inscrição do projeto, que são bem extensas e trabalhosas, de acordo com Juliana Oliveira e Juliana Machado.

A comunicação feita nos processos de inscrição dos editais é via Whatsapp, a comunicação virtual facilita o contato, pois o Eco Maré conta com membros de diferentes favelas do Complexo, além de membros que moram fora do estado e até mesmo do país, mas que auxiliam na estruturação das inscrições e na pro-

dução de apresentações do coletivo, dando suporte a todas as atividades que não necessitam da presença física. Os encontros presenciais enfrentam alguns obstáculos. Atualmente, o coletivo não conta com um espaço físico para encontros e reuniões. Então, para promover o contato presencial, os membros costumam solicitar o uso de espaços pertencentes a ONGs e associações que atuam no Complexo e alinhar a necessidade de tratar questões pontuais presencialmente com a disponibilidade de espaço dessas ONGs.

O coletivo é formado majoritariamente por jovens que estão na graduação ou iniciando a carreira no mercado de trabalho, em diferentes áreas. Sendo assim, o engajamento com as ações do projeto é árduo, visto que os desafios da juventude demandam a maior parte do tempo e energia desses jovens. Dessa forma, nos períodos em que não há nenhuma ação prevista, o coletivo acaba desaparecendo em detrimento das obrigações do cotidiano.

O coletivo não possui uma estratégia de comunicação bem definida para a captação de membros. Os membros voluntários são agregados ao coletivo em conformidade com o interesse que surge a partir das ações realizadas, geralmente divulgadas nos jornais locais e nas redes sociais. De acordo com Juliana Oliveira, o Voz Ecoa, documentário utilizado neste trabalho como fonte de informação, também representou uma importante divulgação para o Eco Maré. Para a divulgação das ações, além do uso das redes sociais, a comunicação boca a boca e o compartilhamento destas em grupos de Whatsapp referentes a atividades que acontecem dentro da favela, como os grupos de capoeira e de cursos diversos, refletem uma propagação significativa.

Um aspecto destacado por Juliana é a relevância de apoio técnico para o coletivo. Na entrevista, ela conta que dispor de profissionais da área ambiental facilita a condução das atividades e das discussões que envolvem as questões ambientais, principal tópico do coletivo, com mais propriedade. Juliana, que estuda enfermagem, reforça essa ideia exemplificando o seu próprio caso: ela relata que, apesar de se interessar pela questão ambiental, não se sente completamente preparada para instruir outras pessoas sobre o tema, justamente por não ter uma base teórica bem estruturada. Sendo assim, ela se sente confortável para falar apenas sobre como as questões ambientais afetam a saúde, o que representa uma ponte entre a atuação do coletivo e sua área profissional.

Na entrevista, ambas as entrevistadas ressaltaram a importância da comunicação ser planejada a partir do contexto social e que a sustentabilidade ainda é um assunto debatido de forma elitizada. Para adequar o discurso ao público-alvo do coletivo, é necessário interpretar a crise climática, considerando as particularidades do local, e construir o debate de forma palpável, trazendo soluções que sejam facilmente aplicáveis ao estilo de vida e limitações econômicas dos moradores do Complexo da Maré. Dessa forma, o sentimento de pertencimento é facilitado frente às ações do coletivo. Um exemplo de sucesso é a ação de plantação de mudas que deu origem ao Eco Maré, em 2018, pois hoje as mudas ainda estão no local em que foram plantadas, sendo mantidas e cuidadas pelos moradores do entorno que aderiram à ação e assumiram, de forma espontânea, a responsabilidade pelo local.

Juliana conta que, naturalmente, as pessoas menos favorecidas economicamente possuem o hábito de reutilizar embalagens

gens, roupas, entre outros objetos. Introduzir o debate sobre o lixo, instruir sobre o descarte correto do que não pode ser reaproveitado e apresentar novas maneiras de reutilizar, mostrando os benefícios, tanto econômicos quanto ambientais, são formas de aproximar o debate ambiental da realidade. Mas Juliana reforça que o estilo de vida “ecofriendly”, voltado para um consumo mais responsável, muitas vezes é limitante pelos altos valores dos produtos. Com isso, para os mais pobres prevalece a necessidade de adquirir insumos básicos e alimentícios, em vez de arcar com o custo de uma escova de bambu, que custa bem mais do que uma escova de cabo de plástico e que afetaria de forma considerável o orçamento de uma família com baixa renda. Sendo assim, Juliana compreende que a solução para um consumo cada vez mais consciente não depende exclusivamente do consumidor.

A história da Maré traz consigo a questão ambiental desde o início, por ter sido uma área de mangue que foi aterrada e que enfrenta uma luta por saneamento de qualidade. Juliana Machado enfatiza a necessidade de apresentar esses pontos e contextualizar a realidade local ao tratar sobre assuntos abrangentes e globais como a crise climática, para arquitetar uma narrativa que entrelace essas questões de uma forma que faça sentido para os moradores do Complexo da Maré.

Atualmente, as redes sociais do coletivo não contam com um cronograma de publicações e, com isso, a produção de conteúdo torna-se rara. Contudo, há a intenção de tornar as publicações mais recorrentes para promover reflexões sobre a crise climática e indicar os seus desdobramentos dentro desses relevantes espaços de troca.

O engajamento dos jovens nas iniciativas de Sustentabilidade Ambiental

A juventude assume um papel relevante na construção de uma sociedade sustentável e deve participar de todos os processos de mudanças, desde a criação de políticas nacionais - visto que, para que sejam capazes de se sustentar por um longo prazo, precisam estar alinhadas às percepções dos jovens (SOARES; ROESLER; SIGNOR, 2020) - até as ações efetivas.

O conhecimento e a educação ambiental formal são a chave para moldar novos comportamentos, sobretudo dos públicos mais jovens, que acabam propagando o assunto entre seus familiares e conhecidos, incentivando práticas mais sustentáveis. A discordância com a lógica de consumo predominante por parte do jovem que busca analisar a real necessidade de consumo, assim como o posicionamento da marca (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021), impacta a lógica do capital e os interesses de grandes potências da indústria global (LIMA; LAYRARGUES, 2014) e, por isso, acaba enfrentando grande resistência.

Ademais, diante dos desafios da juventude em relação a tempo, poder aquisitivo e oportunidades relacionadas a estudo e trabalho, o jovem precisa equilibrar diversos processos que re-

presentam mudanças significativas na sua vida, simultaneamente. Com uma série de demandas, suprir as necessidades básicas e dedicar-se a uma projeção de um futuro melhor, tornam-se ações prioritárias em detrimento do papel protagonista em processos de mudança social. Dessa forma, ainda que o jovem possua uma maior facilidade em questionar estruturas vigentes, ainda é minoria a parcela que consegue se dedicar à tentativa de romper padrões, distanciando-se da inércia que abdica de direitos primordiais do ser humano em busca de um padrão de vida e de consumo que é socialmente imposto (ROSAK, 1972).

Por isso, para além das iniciativas de sustentabilidade ambiental que partem dos jovens e que ganharam notoriedade, tornam-se imprescindíveis as iniciativas que trabalhem com o incentivo ao protagonismo da juventude nas ações e discussões ambientais que influenciam diretamente a sua vivência (FERNANDEZ, RODRIGUES, NUNES E TELES, 2014), fundamentadas nas necessidades locais, buscando uma sensibilização que conduza à transformação (BATISTA; BECKER; CASSOL, 2015).

Considerações Finais

O trabalho buscou analisar o impacto da comunicação no engajamento dos jovens – parcela da população com idade entre 15 e 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude – em iniciativas de sustentabilidade ambiental. Observou-se que os jovens assumem a condução de novas tendências e que estão conquistando o protagonismo nas discussões socioculturais com caráter anti-hegemônico (ROCHA; PEREIRA, 2018).

A postura crítica da juventude desde a década de 1960, durante o movimento de contracultura, gerou diversos marcos para o ativismo, nacionalmente e internacionalmente. A contracultura colheu no jovem a capacidade de romper a conformidade social (CAPELLARI, 2007). No Brasil, jovens economicamente privilegiados e jovens marginalizados se uniram e lideraram manifestações contra a repressão sofrida no período da ditadura militar (RISÉRIO, 2005).

Zouian (2019) apontou a universidade como uma grande catalisadora do ativismo jovem, visto que no ensino superior, a juventude entra em contato com pautas e debates relacionados a movimentos sociais e ambientais que resultam na forte atuação dos jovens em ações de voluntariado e ativismo em Organizações Não Governamentais (DA SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021).

Considerando a pauta ambiental, os jovens brasileiros estão aumentando a sua atuação para mitigar a crise climática, ganhando cada vez mais visibilidade (OLIVEIRA, 2018; CRISTO; BARZANO, 2019; BARROS, 2020 apud DA SILVA JÚNIOR, TEIXEIRA, 2021). Ao jovem, é garantido o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a atual e futuras gerações, assim como o direito à educação ambiental, o incentivo às iniciativas voltadas para essa pauta e a participação nos processos de criação de políticas públicas e de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2013). Ainda assim, na prática, o jovem ainda está desamparado para protagonizar mudanças significativas na relação com o meio ambiente.

Ainda paira sobre a juventude uma visão pejorativa, ligada à irresponsabilidade e inexperiência, o que torna ainda maior a relevância de políticas públicas, direcionadas aos jovens, que contribuam para a sua atuação social e que sejam, de fato, efetivas (ESTEVES, ABROMOVAY, 2007 apud FERNANDEZ, RODRIGUES, NUNES E TELES, 2014). A atuação social ainda é desencorajada pelo negacionismo, pela comunicação tendenciosa da mídia, pelos discursos dos lobbies anticlima, entre outros mecanismos que paralisam o cidadão (LIMA; LAYRARGUES, 2014).

O processo histórico do movimento ambientalista sofre variações significativas conforme as conjunturas sócio-político-econômicas vigentes, evidenciando que as questões ambientais não surgem de forma isolada e que, para compreendê-las, é preciso adotar uma visão panorâmica do contexto atual (LIMA et al, 2014 apud CAVALCANTI, 2019). As ONGs com foco ambiental também sofrem esses impactos, mas, ainda assim, possuem

grande destaque nos processos de mudança, sobretudo nos contextos urbanos (CARVALHO, 2002), e suas ações são fundamentadas por novos padrões e valores potencialmente capazes de contrariar a lógica predatória vigente (MATTOS, 2022 apud CAVALCANTI, 2019). As ONGs operam, principalmente, em contextos marginalizados pelo poder público, atuando de forma complementar ao governo ou manifestando um posicionamento de oposição (CAVALCANTI, 2019). A captação de atenção e do engajamento da população a temas relacionados ao meio ambiente é um processo ainda mais árduo no Brasil, devido ao contexto socialmente instável e vulnerável. Sendo assim, a comunicação obtém o desafio de encaixar a pauta ambiental entre as inúmeras inquietações dos brasileiros que vivem uma luta diária pela sobrevivência (CAVALCANTI, 2019).

Na análise das duas iniciativas locais selecionadas para o trabalho, a consideração dos fatores socioeconômicos foi essencial para compreender os obstáculos de atuação que as iniciativas com foco local enfrentam, ainda que comportem jovens engajados. Com isso, essas iniciativas caminham a partir de uma educação praxica, que estimula ações que rompem a inércia e apresentam as conexões entre a crise climática e o cotidiano (LIMA; LAYRARGUES, 2014). Além disso, a busca pela clareza na construção do diálogo é notória, visto que este é o aspecto mais relevante para que a comunicação seja efetiva, pois uma informação não compreendida e indissociada ao plano prático equivale à sua própria inexistência (TADDEI, 2008 apud CAVALCANTI, 2019). A autonomia das ONGs em sua comunicação propicia a propagação de informações que visam conscientizar e mobilizar pessoas – sem a interferência de interesses que se

distanciam do desenvolvimento sustentável - por meio de suas próprias mídias (CAVALCANTI, 2019). O ambientalismo foi um dos movimentos que mais usufruiu do espaço virtual para expandir o seu alcance, engajar pessoas e se firmar politicamente com o ciberativismo (MIGUEL, 2011).

O Engajamundo, apesar da sua abrangência nacional, não se limita ao processo de conscientização que considera apenas a perspectiva global, como também se estrutura de uma forma que dá suporte para ações locais. Farias (2017) expõe que a importância de associar o contexto macro às realidades locais é marcada pela abordagem dos riscos e das vulnerabilidades enfrentadas de forma isolada em cada contexto. Isso porque, as questões climáticas abordadas exclusivamente pela perspectiva global criam um elo fraco perante o vínculo referente aos ambientes cotidianos e ainda pode estimular uma crença perigosa: a de que os nossos atos são insignificantes diante da problemática ambiental.

Referências

ANGELO, Claudio. IPCC AR6, WG2: RESUMO. **Observatório do Clima**, 2022.

ARAÚJO, Ana Beatriz Arantes. **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o Brasil: uma análise da governança para a implementação entre 2015 e 2019**. 2020. 240 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.163>.

ATLAS DA JUVENTUDE. Guia de Ação Climática Local – Um guia para jovens da América Latina. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/guia-de-acao-climatica-local-um-guia-para-jovens-da-america-latina/#:~:text=O%20Guia%20de%20Ação%20Climática%20Local%20traduz%20em,outas%20e%20organizações%20que%20combatem%20a%20crise%20climática>. Acesso em: 04/05/2022.

ATLAS DA JUVENTUDE. Atlas das juventudes. Abril de 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/relatorio/>. Acesso em: 17/04/2022.

BATISTA, Natália Lampert; BECKER, Elsbeth Léia Spode; CASSOL, Roberto. Um breve olhar sobre o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. **GeoTextos**, 2015.

- BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: DOU, 2013. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 29/03/2022.
- BORELLI, S.; ROCHA, R. M.; OLIVEIRA, R. C. A. **Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. **A contracultura brasileira. In: O DISCURSO DA CONTRACULTURA NO BRASIL: o underground através de Luiz Carlos Maciel**. Orientador: Prof^a. Dr^a Raquel Glezer. 2007. Tese (Doutorado) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL, USP, 2007.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, p. 311, 2006.
- CARVALHO, Denise Gomide. **Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas**. 2002. Tesis Doctoral. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- CASTRO, Tamara. O que a juventude periférica tem a ver com as questões climáticas? Tudo!. **Cenpec**, 22/03/2022. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/racismo-ambiental>. Acesso em: 10/04/2022.

CATRACA LIVRE. Perifa Sustentável: a iniciativa que mostra que o clima e o meio ambiente é um problema de todos. Youtube, 30/10/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g3oEjZKJx8E&t=2s>. Acesso em: 10/04/2022.

CAVALCANTI, Giselli Raisa da Cruz. **O papel das ONGS ambientalistas na comunicação das mudanças climáticas: um caminho para o engajamento.** 2019.

CISCATI, Rafael. As lições de um país que afunda. **O Globo**, 01/03/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/as-licoes-de-um-pais-que-afunda-23491587>. Acesso em: 28/03/2022.

DA SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire; TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. JUVENTUDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Revista Inter-Legere**, v. 4, n. 32, 8 dez. 2021.

DUXBURY, N., & GILLETTE, E. **Culture as a key dimension of sustainability: Exploring concepts, themes, and models.** Centre of Expertise on Culture and Communities, p.11, 2007.

ECO MARÉ. **Documentário Voz Ecoa: Meio Ambiente e Sustentabilidade na Favela.** Youtube, 08/10/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SEskOzdl-1E>. Acesso em: 06/04/2022

ENGAJAMUNDO. Como fazemos. Disponível em: <https://engajamundo.org/como-fazemos/>. Acesso em: 04/05/2022.

ENGAJAMUNDO. Guia de dúvidas frequentes. Acesso em: 04/05/2022.

ENGAJAMUNDO. O que fazemos. Disponível em: <https://engajamundo.org/sobre/#o-que-fazemos>. Acesso em: 04/05/2022.

ENGAJAMUNDO. Quem somos. Disponível em: <https://engajamundo.org/sobre/#quem-somos>. Acesso em: 04/05/2022.

FANTÁSTICO. Mulheres Fantásticas: conheça a ativista ambiental que ajudou a mobilizar 2 mil jovens. Globoplay, 05/01/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8213678/?msclkid=1ba32a30be7a11ecb74069a4e0968d78>. Acesso em: 17/04/2022

FARIAS, A.C. **O olhar infantil: como crianças de duas escolas natalenses percebem as mudanças climáticas globais.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal - RN, Brasil, 2017.

FERNANDEZ, C. B., RODRIGUES, D. C. B., NUNES, M. B., & TELES, M. Política pública, juventude e sustentabilidade. **Argumentum**, 2014.

GUERRA, Isabella Franco; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo. 30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, p. 1884-1901, 2017.

JR., Charlie Brown; LI, Negra. Não é sério. Virgin, 2000.

LAMY, Sónia. **As ONGs na imprensa. As fontes não governamentais na imprensa diária.** Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo [En ligne], Vol 2, n° 1 - 2013, mis en ligne le 15 avril 2013. URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Mudanças climáticas, educação e meio ambiente: para além do Conservadorismo Dinâmico. **Educar em Revista**, 2014.

MARINHO, Maiara. Periferia é o centro. **Ecoa UOL.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causadores-amanda-costa/?msclkid=e604c912be6b11ec81b4d8ca09fd3f44#page11>. Acesso em: 17/04/2022

- MIGUEL, Katarini Giroldo. Pensar a cibercultura ambientalista: potencialidades da comunicação e da mobilização virtual <http://dx.doi.org/10.15601/1983-7631/rt.v4n7p1-13>. **Revista Tecer**, v. 4, n. 7, 2011.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02/06/2022
- NUNES, Alina dos Santos; ZACCHI, Lara Lucena. Os Maios de 1968: Juventude, Movimento Estudantil e Imprensa em Florianópolis e Paris. **Revista Santa Catarina em História**, v. 10, n. 2, p. 29-45, 2016.
- OLIVEIRA, Juliana. Coletivo busca conscientizar moradores do Complexo da Maré sobre consumo consciente. Entrevista concedida a Brasil de Fato. **Brasil de Fato**, Brasília (DF), 20/05/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/20/coletivo-busca-conscientizar-moradores-do-complexo-da-mare-sobre-consumo-consciente>. Acesso em: 03/04/2022
- OLIVEIRA, Juliana; MACHADO, Juliana. Entrevista i. [Entrevista cedida a] Mylena Oggioni Toledo de Paula. Rio de Janeiro, 2022.
- O'Neill, S. J., & Nicholson-Cole, S. (2009). "Fear won't do it": promoting positive 5 engagement with climate change through visual and iconic representations. **Science Communication**, 30(3), 355-379.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O que é contracultura. São Paulo: Nova Cultura: **Brasiliense**, 1986 (Coleção primeiros passos; 69)
- PICON, Leila Cassia. CIBERATIVISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL: O EXERCÍCIO DA CIDADANIA EM REDE. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2014.

- RISÉRIO, Antônio. Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil. In: COELHO, Claudio Novaes Pinto. Anos 70: trajetórias. São Paulo: Iluminuras; **Itaú Cultural**. 2005.
- ROCHA, Rose de Melo; PEREIRA, Simone Luci. O que consomem os que não consomem? Ativistas, alternativos, engajados. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 41, p. 107-120, 2018.
- ROSAK, Theodore. **A Contracultura: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972. 178 p.
- SOARES, Simone Cesario; ROESLER, Marli Renate Von Borstel; SIGNOR, Altevir. **Políticas Públicas: juventude brasileira e o direito a sustentabilidade ambiental**. Environmental Science, v. 2, n. 2, p. 25-38, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6492.2020.002.0003>
- VÁZQUEZ, Melina; COZACHCOW, Alejandro. Activismo juvenil en partidos congestiones de gobierno a nivel subnacional en Argentina (2007-2015). **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 64, p. 47-72, dez. 2017.
- ZOUAIN, ELLEN. **CONTRACULTURA, EXPERIÊNCIA E JUVENTUDE**. São Mateus, 2019.



eBooks FCS nasceu em 2022 por sugestão do Prof. Ricardo Freitas, então Vice-Diretor da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. Com o início do **Programa de Incentivo às atividades técnico-administrativas** (PROTEC), e aproveitando minha experiência anterior na Editora Folha Dirigida (2002-2007), Editora da UERJ (2015-2021) e no Laboratório de Publicações Lima Barreto (2018-2023) do Instituto de Letras (ILE), conseguimos a aprovação do projeto juntamente com as brilhantes participações de Andréa Azpilicueta (FCS), Érika Neuschwang (PROBIC/PR-2) e Fernanda Villa Verde (SGP).

Júlio Nogueira (Programador Visual)
Coordenador do Projeto

ISBN 978-65-995193-2-1



9 786599 519321